

PUBLICAÇÃO LEGAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - SUPREMO CIMENTOS S.A.

Publicado no Jornal de Pomerode em 24/04/2024 11:23:22.

Endereço permanente para consulta:

<https://www.jornaldepomerode.com.br/publicacao-legal/demonstracoes-financeiras-em-31-de-dezembro-de-2023-e-2022-supremo-cimentos-s-a/>



SHA-256 do arquivo recebido:

9274f58d4d91467ced65f23456519d5afe64669dbc1a39d4f098d28f0d356672

As páginas seguintes reproduzem o documento recebido. Esta folha identifica o veículo e o endereço eletrônico da publicação.

Supremo Cimentos S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

KPMG Auditores Independentes Ltda.

The Five East Batel

Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel

Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil

Telefone +55 (41) 3304-2500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores da

Supremo Cimentos S.A.

Pomerode – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Supremo Cimentos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Supremo Cimentos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 16 de abril de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR
Yukie de A Kato
Contadora CRC PR-052608/O-4 T-CE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

Com início de suas atividades em 27 de setembro de 2003 a Supremo Cimentos S.A. (a "Companhia", "Controladora" ou "Supremo") e sua controlada (conjuntamente, "o Grupo") têm como atividades preponderantes a fabricação e importação de cimentos e seus derivados, bem como a comercialização e preparação de massa de concreto e argamassa para construção e extração, beneficiamento e venda de calcário.

A Companhia é uma sociedade anônima com sede em Pomerode, Estado de Santa Catarina, cuja controlada integral, Margem Companhia de Mineração ("Margem"), detém o direito de exploração de uma mina de calcário e em abril de 2015, com a conclusão da obra, entrou em operação uma fábrica de cimento em Adrianópolis - PR e dessa forma sua atividade preponderante, é a extração, beneficiamento e venda de calcário e a fabricação e venda de cimento e seus derivados.

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes de R\$ 105.112 (R\$ 48.033 em 31 de dezembro de 2022) na controladora e 175.294 (R\$ 34.006 em 31 de dezembro de 2022) no consolidado. O saldo do excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes é decorrente, principalmente, do endividamento para obtenção de recursos financeiros para a construção da fábrica da Margem e dos projetos de melhoria posteriores que ocorreram: cinta transportadora (*flying belt*), britador, ensacadeira e combustíveis alternativos, para o ano de 2024 teremos novos projetos de investimento todos em andamento, onde foi necessário contratar operações de curto prazo conhecidas como 'empréstimos ponte'. Há que se ressaltar que o ativo circulante registra um prazo de recebimento do faturamento entre 30 e 45 dias enquanto o passivo circulante reflete 12 meses do serviço da dívida. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pelas Companhias.

O equilíbrio financeiro de curto prazo da Companhia está sendo fortalecido devido ao aumento previsto na geração de caixa. Concomitantemente, a Companhia está em processo de negociação para estender os prazos de pagamento de sua dívida financeira. Espera-se que essa iniciativa resulte em melhorias na condição atual de seu capital circulante líquido.

Durante o exercício de 2023, a operação da Controlada foi impactada por uma série de desafios operacionais, notadamente relacionados à produção de clínquer. No primeiro semestre, enfrentamos dificuldades significativas devido à formação de anéis no forno, resultando em interrupções frequentes na produção de clínquer, e consequentemente, na produção de cimento.

Essas interrupções afetaram nossa capacidade de atender à demanda do mercado e resultaram em uma diminuição no faturamento em comparação com o exercício anterior. Além disso, os custos associados às paradas no processo produtivo contribuíram para uma redução no resultado operacional.

Embora tenhamos implementado medidas corretivas e solucionado o problema no terceiro trimestre do ano, os impactos financeiros dessas interrupções se refletiram no resultado anual da empresa.

É importante ressaltar que, apesar dos desafios enfrentados, a empresa permanece comprometida em manter e fortalecer suas operações, buscando constantemente melhorias em seus processos produtivos e adotando medidas preventivas para mitigar futuros contratemplos operacionais.

A nova fábrica considerada uma das mais modernas do Brasil continua a apresentar um desempenho operacional notável, quer em termos de confiabilidade, quer em termos de consumos específicos, portanto mantemos a expectativa de que haverá uma evolução muito positiva na situação da Companhia, assim que o mercado brasileiro de construção retomar o caminho do crescimento.

É convicção da Diretoria que a nova fábrica suportada por equipamentos da melhor tecnologia disponível, veio trazer uma dinâmica de crescimento ao Grupo, com produtos de excelente qualidade, e custos mais reduzidos, que vão permitir competir no mercado.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 16 de abril de 2024. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar tais demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da

Companhia e sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos na aplicação de políticas contábeis, bem como sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 8 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

Nota explicativa 9 - mensuração das perdas por redução ao valor recuperável de estoques;

Nota explicativa 12 - vidas úteis, valor residual do ativo imobilizado e *impairment*;

Nota explicativa 13 – prazos de arrendamento: se a Companhia possui razoável certeza de exercer opções de prorrogação;

Nota explicativa 22 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Nota explicativa 24 - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos; e

Nota explicativa 25 - mensuração do valor justo e classificação de instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a. Base de consolidação

(i) Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 incluem as demonstrações financeiras da Companhia e da Margem Companhia de Mineração, controlada integral direta da Companhia.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligada.

Coligada é aquela entidade na qual a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controlada também são contabilizados com o uso desse método.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento original de até três meses que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

6.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de calcário e cimento no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são totalmente classificadas no ativo circulante, pois o prazo de recebimento é inferior a um ano.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou *impairment*).

6.3 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornarem partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e sua controlada podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial.

Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliarem se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e sua controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Além disso, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia e sua controlada realizarem transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui contratos indexados em moeda estrangeira e para tanto realizou a contratação de instrumentos financeiros para proteção cambial, mensurados ao valor justo.

6.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado". O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matéria-prima, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

6.5 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo histórico menos o valor da depreciação e de qualquer valor não recuperável acumulado. O custo histórico foi ajustado para refletir o custo atribuído dos terrenos, veículos e jazidas minerais na data de transição para os CPC/IFRS. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

O Grupo inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. Quando da comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida, os correspondentes gastos com estudos e pesquisas minerais incorridos são capitalizados como custo de formação da mina. Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados com base na exaustão de minas. Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na vida útil-econômica estimada que reflete a expectativa da quantidade de minério a ser extraído.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação da jazida é feita em função da quantidade anual extraída (exaurida) de minério, que é estimada em 44 anos. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para reduzir seu custo ao valor realizável através de suas vidas úteis-econômicas que é estimada, para os dois exercícios apresentados, como segue:

Edificações	40 anos
Jazidas minerais	44 anos
Outros	1-10 anos
Máquinas e equipamentos	18 - 30 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não tem ativos de longo prazo que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

6.6 Intangível

Compreende custos incorridos para adquirir, preparar e desenvolver os *softwares* para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos a partir da data de início de sua utilização.

6.7 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos não financeiros, exceto estoques

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

(ii) Ativos financeiros não-derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- ativos de contrato.

O Grupo mensura a imparidade para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. As imparidades para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento

inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

6.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo integralmente classificados como passivo circulante pois o pagamento é devido no período de até um ano.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

6.9 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço patrimonial.

6.10 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

6.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

a. Venda de produtos

O reconhecimento da receita baseia-se na venda de calcário, clínquer, cimentos e concretos produzidos pelo grupo. Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando o controle sobre o produto é transferido aos clientes, o que normalmente acontece quando os produtos são disponibilizados ao transportador e/ou entregues ao cliente, conforme for o caso.

b. Prestação de serviços

As vendas de prestação de serviço de concretagem são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas prestações de serviços de concretagem são reconhecidas quando na prestação de serviço ao cliente.

c. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no regime de competência e pelo método da taxa de juros efetiva.

6.12 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

6.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

a. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controlada, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.14 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

6.15 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitadas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não tem um empréstimo bancário com garantia e títulos conversíveis que estão sujeitos a covenants específicos.

Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

O Grupo está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e depósitos bancários em conta corrente	1.190	1.358	1.354	4.404
Aplicações financeiras	17.309	139.329	70.656	191.407
	18.499	140.687	72.010	195.811

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados a variação de 99% a 103% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), em 2023 e 2022, sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate antecipado.

8 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contas a receber de clientes	12.991	12.909	46.788	42.324
Provisão para perda estimada de crédito	(1.242)	(1.208)	(3.298)	(2.984)
	11.749	11.701	43.490	39.340

A Companhia possui dois contratos de financiamento, com garantias vinculadas a duplicatas a receber, cujo montante das garantias em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 15.000. (R\$ 25.000 em 31 de dezembro de 2022).

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	10.737	11.342	42.478	38.982
Vencidos até 90 dias	1.013	399	1.822	433

Supremo Cimentos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022

Vencidos até 180 dias	17	111	158	189
Vencidos acima de 180	1.224	1.057	2.330	2.720
Provsão para perda estimada de crédito	<u>(1.242)</u>	<u>(1.208)</u>	<u>(3.298)</u>	<u>(2.984)</u>
	<u>11.749</u>	<u>11.701</u>	<u>43.490</u>	<u>39.340</u>

A imparidade para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. A imparidade é calculada com base na avaliação individual da situação de cada cliente e na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. A movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(1.208)</u>	<u>(2.984)</u>
Constituições	(91)	(580)
Reversões	<u>57</u>	<u>266</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(1.242)</u>	<u>(3.298)</u>
	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>(1.049)</u>	<u>(2.943)</u>
Constituições	(189)	(333)
Reversões	<u>30</u>	<u>292</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(1.208)</u>	<u>(2.984)</u>

9 Estoques

	Controladora		Consolidado
	2023	2022	2023
			2022
Matéria-prima e outros materiais	11.267	8.979	94.525
Produtos acabados	1.856	1.892	9.075
Imparidades	<u>(744)</u>	<u>(824)</u>	<u>(4.170)</u>
	<u>12.379</u>	<u>10.047</u>	<u>99.430</u>
			<u>85.724</u>

A Administração avalia de forma constante os estoques do Grupo quanto a eventuais perdas por obsolescência, desvalorização, bem como quaisquer outras circunstâncias e condições que possam ocasionar perdas nos valores contábeis registrados. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, como resultado destas avaliações, a Administração identificou a necessidade de registro de imparidade para perdas nos estoques do Grupo.

10 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	546	442	2.608	2.328
Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) (*)	976	867	9.959	8.210
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	-	72	2.223	72
Programa de Integração Social (PIS)	-	19	487	19
Imposto de renda e contribuição social	2.412	3.708	3.853	5.188
Crédito PIS e Cofins Ativo Permanente (*)	2.042	2.048	35.554	41.244
Outros	-	-	2.048	218
	<u>5.976</u>	<u>7.156</u>	<u>56.732</u>	<u>57.279</u>
Ativo circulante	<u>3.550</u>	<u>4.617</u>	<u>19.899</u>	<u>18.777</u>
Ativo não circulante	<u>2.426</u>	<u>2.539</u>	<u>36.833</u>	<u>38.502</u>

- (*) A controlada Margem Cia de Mineração é beneficiária do Regime Especial nº 4.676/12 "Programa Paraná Competitivo", concedido pelo Governo do Estado do Paraná, que tem os seguintes benefícios: a) parcelamento do ICMS incremental; b) diferimento do pagamento do ICMS da energia elétrica e do gás natural; c) parcelamento, até o vencimento, do ICMS declarado, no caso de recuperação judicial e d) concessão de crédito presumido em razão da realização de obra de infraestrutura em território paranaense. Em função das aquisições de imobilizado para a construção da fábrica a Margem está acumulando crédito de PIS/Cofins e ICMS sobre essas aquisições cuja compensação em 1/48 teve início em abril/2015.

11 Investimentos

	Controladora	
	2023	2022
Margem Companhia de Mineração	<u>560.549</u>	<u>584.861</u>
	<u>560.549</u>	<u>584.861</u>

a. As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir

	Participação no capital social - %		Patrimônio líquido		Lucro do exercício	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Empresa controlada						
Margem Companhia de Mineração	100	100	560.549	584.861	17.120	42.209

b. A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada

	Margem
Em 31 de dezembro de 2021	<u>761.511</u>
Recebimento de dividendos (*)	(18.858)
Redução capital social (***)	(200.000)
Participação nos resultados de controlada	42.208
Em 31 de dezembro de 2022	<u>584.861</u>
Recebimento de dividendos (**)	(41.432)
Participação nos resultados de controlada	17.120
Em 31 de dezembro de 2023	<u>560.549</u>

(*) Em 22 de abril de 2022 a Companhia deliberou, através de Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio o montante de R\$ 18.858, os quais foram pagos em maio de 2022, sendo que desse montante, foram retidos R\$ 1.303 a título de imposto de renda retido na fonte - IRRF, sendo o total líquido pago no montante de R\$ 17.555

(**) Em 01 de agosto de 2023 a Companhia deliberou, através de Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos o montante de R\$ 41.432, os quais foram pagos em agosto de 2023.

(***) Em 13 de outubro de 2022 deliberou-se a redução de capital aos acionistas, conforme ata de assembleia geral aprovada pelo Conselho de Administração no montante de R\$ 200.000, ocorrendo a liquidação de R\$ 170.000 em 25 de outubro de 2022, ocorrendo a liquidação de R\$ 18.567 em 21 de agosto de 2023, restando o montante de R\$ 11.433 a ser liquidado em 2024, conforme nota explicativa 23.

12 Imobilizado

	Controladora							
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de transporte	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Custo								
Em 1 de janeiro de 2022	9.998	26.621	53.672	22.489	151	4.001	1.432	118.364
Adições	-	190	232	348	-	561	4.263	5.594
Baixas	-	-	(76)	-	-	(191)	-	(267)
Transferência	-	41	1.552	82	-	40	(1.715)	-
AVP PRODEC(a)	-	(192)	(449)	-	-	-	-	(641)
Em 31 de dezembro de 2022	9.998	26.660	54.931	22.919	151	4.411	3.980	123.050
Adições	-	-	(38)	3.925	-	521	2.942	7.350
Baixas	-	(1.064)	(2.218)	-19.004	(111)	(402)	(760)	(23.559)
Transferências	-	105	2.305	595	-	4	(3.009)	-
Impairment (b)	-	(6.731)	(9.247)	-	-	-	-	(15.978)
AVP PRODEC (a)	-	(38)	(90)	-	-	-	-	(128)
Em 31 de dezembro de 2023	9.998	18.932	45.643	8.435	40	4.534	3.153	90.735
Depreciação e exaustão acumulados								
Em 1 de janeiro de 2022	-	(8.981)	(34.435)	(13.272)	(150)	(3.163)	-	(60.001)
Depreciação e exaustão	-	(693)	(3.310)	(1.856)	-	(315)	-	(6.174)
Baixa de depreciação por alienação	-	-	56	-	-	124	-	180
AVP PRODEC(a)	-	143	335	-	-	-	-	478
Em 31 de dezembro de 2022	-	(9.531)	(37.354)	(15.128)	(150)	(3.354)	-	(65.517)
Depreciação e exaustão	-	(615)	(3.437)	(1.956)	-	(407)	-	(6.415)
Baixa de depreciação por alienação	-	820	1.785	12.656	111	312	-	15.684
AVP PRODEC (a)	-	154	358	-	-	-	-	512
Em 31 de dezembro de 2023	-	(9.172)	(38.648)	(4.428)	(39)	(3.449)	-	(55.736)
Valor contábil								
Em 1º de janeiro de 2022	9.998	17.640	19.237	9.217	1	838	1.432	58.363
Em 31 de dezembro de 2022	9.998	17.129	17.577	7.791	1	1.057	3.980	57.533
Em 31 de dezembro de 2023	9.998	9.760	6.995	4.007	1	1.085	3.153	34.999

Supremo Cimentos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022

Custo	Consolidado								
	Terrenos	Jazidas minerais	Edificações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de transporte	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Em 01 de janeiro de 2022	46.068	197.224	381.460	731.367	41.730	293	13.826	14.759	1.426.727
Adições	-	-	372	2.215	788	-	2.149	29.330	34.854
Baixas	-	-	-	(2.805)	(460)	-	(329)	(8)	(3.602)
Transferência	-	2.720	5.676	5.441	119	-	40	(13.996)	-
AVP PRODEC(a)	-	-	(192)	(449)	-	-	-	-	(641)
Em 31 de dezembro de 2022	46.068	199.944	387.316	735.769	42.177	293	15.686	30.085	1.457.338
Adições	-	-	327	4.841	14.448	222	2.769	46.747	69.354
Baixas	-	-	(1.204)	(4.906)	(19.004)	(111)	(498)	(2.252)	(27.975)
Transferência	-	-	912	7.355	595	-	77	(8.939)	-
Impairment (b)	-	-	(6.731)	(9.247)	-	-	-	-	(15.978)
AVP PRODEC(a)	-	-	(38)	(90)	-	-	-	-	(128)
Em 31 de dezembro de 2023	46.068	199.944	380.582	733.722	38.216	404	18.034	65.641	1.482.611
Depreciação e exaustão acumulados									
Em 01 de janeiro de 2022	-	(18.164)	(63.980)	(237.922)	(19.930)	(286)	(8.796)	-	(349.078)
Depreciação e exaustão	-	(5.091)	(10.802)	(43.852)	(3.364)	(5)	(1.793)	-	(64.907)
Baixa de depreciação por alienação	-	-	-	2.784	460	-	145	-	3.389
AVP PRODEC(a)	-	-	143	335	-	-	-	-	478
Em 31 de dezembro de 2022	-	(23.255)	(74.639)	(278.655)	(22.834)	(291)	(10.444)	-	(410.118)
Depreciação e exaustão	-	(4.628)	(10.659)	(45.023)	(3.371)	(17)	(1.809)	-	(65.507)
Baixa de depreciação por alienação	-	-	972	4.118	12.656	111	409	-	18.266
AVP PRODEC(a)	-	-	154	358	-	-	-	-	512
Em 31 de dezembro de 2023	-	(27.883)	(84.172)	(319.202)	(13.549)	(197)	(11.844)	-	(456.847)
Valor contábil									
Em 31 de janeiro de 2022	46.068	179.060	317.480	493.445	21.800	7	5.030	14.593	1.077.650
Em 31 de dezembro de 2022	46.068	176.689	312.677	457.144	19.343	2	5.242	30.085	1.047.220
Em 31 de dezembro de 2023	46.068	172.061	296.410	414.520	24.667	207	6.190	65.641	1.025.764

(a) A Companhia é detentora de incentivo fiscal denominado PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense, concedido pelo Governo do Estado de Santa Catarina, em que possui o direito à dilação do prazo de pagamento de parte do ICMS devido sobre receitas de vendas pelo período de 48 meses. Por se tratar de uma subvenção para investimento e tendo em vista que o ICMS a recolher é atualizado monetariamente por um índice de atualização monetária inferior às taxas de juros praticados no mercado, a Companhia apresenta o saldo de ICMS a recolher por seu valor presente no passivo circulante e não circulante, sendo que o ajuste a valor presente na data do fato gerador do ICMS é apresentado como redutora do ativo imobilizado. A referida provisão para ajuste a valor presente é apropriada ao resultado à medida que os bens do imobilizado são depreciados e a provisão para juros sobre o ICMS a recolher é reconhecida ao resultado à medida que o prazo da dilação de pagamento do imposto é transcorrido.

(b) Após a inauguração da Controlada em 2015, a administração optou pela interrupção (inicialmente) temporária da produção de clínquer na sua controladora. Desde então, alguns estudos foram conduzidos com o objetivo de encontrar a melhor solução para o seu ativo. Vários estudos foram realizados ao longo destes 08 anos, os quais não apresentaram resultados econômicos favoráveis a sua execução. Assim, a Administração estimou valor dos seus ativos em R\$ 15MM, os quais foram reconhecidos em 2023.

Imobilizado em andamento

O saldo da rubrica “imobilizado em andamento” refere-se a custos de imobilizado ainda não concluídos.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Após a inauguração da Controlada em 2015, a administração optou pela interrupção (inicialmente) temporária da produção de clínquer na sua controladora. Desde então, alguns estudos foram conduzidos com o objetivo de encontrar a melhor solução para o seu ativo. Vários estudos foram realizados ao longo destes 08 anos, os quais não apresentaram resultados econômicos favoráveis a sua execução. Assim, a Administração estimou valor dos seus ativos em R\$ 15MM, os quais foram reconhecidos em 2023.

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 / IAS 16 - Ativo Imobilizado, sendo que a Empresa e suas controladas não identificaram a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

13 Direito de uso de ativos

	Controladora						
	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Transporte	Veículos	Outros	Total
Ativo reconhecido em 31/12/2022 (*)	380	31	253	675	-	645	1.984
Adições	565	1.384	1.343	775	1.697	630	6.394
Baixas	(465)	(63)	-	-	-	(427)	(955)
Depreciação no período (*)	(441)	(386)	(1.325)	(739)	(368)	(399)	(3.658)
Saldo em 31/12/2023	39	966	271	711	1.329	449	3.765

	Controladora						
	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Transporte	Veículos	Outros	Total
Ativo reconhecido em 31/12/2021 (*)	622	367	-	675	-	92	1.756
Adições	227	24	1.782	775	-	886	3.694
Depreciação no período (*)	(469)	(360)	(1.529)	(775)	-	(333)	(3.466)
Saldo em 31/12/2022	380	31	253	675	-	645	1.984

(*) As vidas úteis definidas para depreciação são de aproximadamente 3 anos.

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Transporte	Veículos	Outros	Total
Ativo reconhecido em 31/12/2022	463	943	253	2.878	3.053	707	8.297
Adições	991	2.843	1.342	3.415	4.466	645	13.705
Baixas	(542)	(63)	-	-	(1.709)	(428)	(2.742)
Depreciação no período (*)	(544)	(1.344)	(1.325)	(3.218)	(2.370)	(431)	(9.232)
Saldo em 31/12/2023	368	2.379	270	3.075	3.440	493	10.025

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Transporte	Veículos	Outros	Total
Ativo reconhecido em 31/12/2021	710	1.938	-	2.664	59	166	5.537
Adições	227	87	1.782	3.685	4.493	906	11.180
Depreciação no período (*)	(474)	(1.082)	(1.529)	(3.471)	(1.499)	(365)	(8.420)
Saldo em 31/12/2022	463	943	253	2.878	3.053	707	8.297

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores nacionais	14.478	17.428	62.662	55.514
Fornecedores exterior	-	206	7.792	5.223
Partes relacionadas (nota 23)				
Exterior	188	216	26.302	36.136
Mercado interno	49.284	16.185	-	-
	63.950	34.035	96.756	96.873

15 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
Modalidade	2023	2022	2023	2022
Empréstimo	173.754	343.712	502.244	613.368

Supremo Cimentos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022

Custo com captação recurso	-	-	(302)	(931)
Encargos apropriados	1.335	3.274	5.015	7.264
Curto Prazo	70.376	169.221	210.462	205.669
Longo Prazo	104.713	177.765	296.495	414.032
Total	175.089	346.986	506.957	619.701

a. Abaixo apresentamos a abertura do saldo de empréstimos

Modalidade	Encargos anuais	Vencimento Final	Controladora					
			Circulante		Não circulante		Total	
			2023	2022	2023	2022	2023	2022
Capital de giro	DI	2025	69.041	165.947	104.713	177.765	173.754	343.712
Encargos apropriados			1.335	3.274	-	-	1.335	3.274
			70.376	169.221	104.713	177.765	175.089	346.986
Total			70.376	169.221	104.713	177.765	175.089	346.986

Empréstimos e financiamentos - Consolidado

Modalidade	Encargos anuais	Vencimento Final	Consolidado					
			Circulante		Não circulante		Total	
			2023	2022	2023	2022	2023	2022
EKF/ELO	CDI+1,35%	2025	20.050	20.050	10.025	30.075	30.075	50.125
Custo com captação recurso			(288)	(628)	(14)	(303)	(302)	(931)
Encargos apropriados			1.694	3.008	-	-	1.694	3.008
			21.456	22.430	10.011	29.772	31.467	52.202
BNDDES	TJLP +3,54%	2029	13.035	13.035	54.311	67.345	67.346	80.380
Encargos apropriados			223	358	-	-	223	358
			13.258	13.393	54.311	67.345	67.569	80.738
Capital de giro	Libor +1,25%	2024	172.361	165.947	232.173	316.915	404.534	482.862
Encargos apropriados			3.387	3.899	-	-	3.387	3.899
			175.748	169.846	232.173	316.915	407.921	486.761
Total			210.462	205.669	296.495	414.032	506.957	619.701

Em 16 de outubro de 2013, a sua Controlada celebrou contrato de financiamento de longo-prazo com o Eksportlaaneordningen (ELO) da agência de crédito à exportação da Dinamarca (EksportKreditFonden ou EKF), "Financiamento EKF/ELO", tendo o principal, no valor de R\$ 200.500 (saldo remanescente em 31 de dezembro de 2023 R\$ 30.075 e R\$ 50.125 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de financiamento com parcelas semestrais do principal pagáveis a partir de julho de 2015 e até janeiro de 2025.

Em 13 de fevereiro de 2019, a sua Controlada firmou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDDES) no valor de R\$ 95.000, tendo o desembolso ocorrido ao longo de 2020, no montante total de R\$ 91.242. Estes fundos foram utilizados para suportar o plano de investimentos entretanto concluído. Trata-se de um financiamento com prazo de amortização de 10 anos, com 3 anos de carência, permitindo o alongamento do prazo médio da dívida da Companhia. Este financiamento está garantido por uma Carta Fiança do BBVA, por sua vez garantida pela Secil. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 67.346 e R\$ 80.380 em 31 de dezembro de 2022.

Em 2020 a Companhia contratou no mercado local um financiamento junto do Banco do Brasil no montante de R\$ 75.000, por um prazo de 36 meses. Em 31 de Dezembro do 2023 tinha um saldo de R\$ 7.142 e R\$ 28.571 em 31 de Dezembro de 2022.

Em 2023 a Controlada contratou um financiamento junto do Santander, no montante de R\$ 50.000, por um prazo de 36 meses. Em 31 de Dezembro do 2023 tinha um saldo de R\$ 50.000.

Em 2023 a Companhia liquidou o empréstimo junto ao Banco Santander no montante de R\$50.000.

A sua Controlada possui um contrato de empréstimo com cláusulas restritivas para cumprimento de determinados indicadores econômicos e financeiros (*covenants*). O não cumprimento desses indicadores financeiros pode implicar o vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2023, todos os indicadores foram atendidos.

Com relação ao custo com captação de recursos, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia tem reconhecido contabilmente o valor de R\$ 302 (R\$ 931 em 31 de dezembro de 2022), como redutora da dívida financeira, oriundo dos custos com a captação de financiamentos para a nova fábrica de cimento. Estes custos foram capitalizados ao Ativo Imobilizado até março de 2015. A partir de abril de 2015, com a conclusão da construção do ativo, estes custos amortizados compõem o resultado através da rubrica despesas financeiras, a uma taxa efetiva de 2% a.a., conforme estabelece o IAS/23 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 20 combinado com IAS 39 do pronunciamento Técnico Contábil CPC 08.

Swap de taxas de Juros

Em 2023 a Controlada contratou um Empréstimo Externo sob a Lei no 4.131 com principal de EUR 9.256 (R\$ 49.467) por um prazo de 1 ano.

No mesmo ato, e em conformidade com essa Lei e obrigações do Banco Central do Brasil, que determina que os financiamentos sejam coberto via instrumento de hedge perfeito, esse financiamento foi integralmente cobertos via swap cambial e de taxa de juro do euro (Euribor).

Em 2023 a Companhia liquidou diversos Empréstimos Externos nos montantes de EUR 5.000 (R\$ 30.075) e de US\$ 7.258 (R\$ 40.000) de EUR 3.750 (R\$ 25.462).

No final de cada mês, a Companhia e a sua Controlada atualizam o valor dos empréstimos de USD/EUR para BRL. Os contratos de swap em função da taxa da marcação a mercado deste *swap*, registrando o seu valor justo (i) quando positivo, no ativo na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos ativos" (ii) quando negativo, no passivo, na rubrica "Instrumentos financeiros passivos".

A Companhia possui Swap de taxa de juros para a proteção dos seus empréstimos no montante de R\$ 27.197 (valor líquido) no qual aumenta o montante efetivo a pagar da dívida. A sua Controlada também possui Swap de taxa de juros para proteção para a proteção cambial dos seus financiamentos no montante de R\$ 11.421 classificado no passivo circulante.

Supremo Cimentos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022

			2023					
			Controladora					
Banco	Objeto Proteção	Moeda	Notional BRL	Valor em moeda estrangeira	Valor Justo	Ganho (Perda)	Pagamentos	Recebimentos
Banco Itau	Empréstimos	USD	(100.000)	(18.144)	(11.712)	(13.488)	(15.720)	-
Banco do Brasil	Empréstimos	EUR	(63.605)	(10.000)	(5.527)	(6.907)	(17.944)	-
Banco do Brasil (*)	Empréstimos	EUR	(93.745)	(15.000)	-	(3.715)	(1.701)	-
Banco Caixa Geral	Empréstimos	USD	(90.394)	(18.000)	(9.958)	(15.488)	(10.879)	-
			(347.744)	(61.144)	(27.197)	(39.598)	(46.244)	-

(*) Contratos liquidados em durante 2023, portanto, sem valor justo em 31 de dezembro de 2023

			2022					
			Controladora					
Banco	Objeto Proteção	Moeda	Notional BRL	Valor em moeda estrangeira	Valor Justo	Ganho (Perda)	Pagamentos	Recebimentos
Banco Comercial Português (*)	Empréstimos	USD	(39.750)	(7.950)	-	(1.064)	-	-
Banco Itau	Empréstimos	USD	(100.000)	(18.144)	(13.946)	(19.207)	(13.348)	-
Banco do Brasil	Empréstimos	EUR	(157.350)	(25.000)	(14.549)	(25.720)	(7.676)	-
Banco Haitong (*)	Empréstimos	EUR	(75.068)	(12.500)	-	(14.294)	(11.675)	9
Banco Caixa Geral	Empréstimos	USD	(138.119)	(25.000)	(5.349)	(19.883)	(17.154)	-
			(510.287)	(88.594)	(33.844)	(80.168)	(49.853)	9

(*) Contratos liquidados em durante 2022, portanto, sem valor justo em 31 de dezembro de 2022.

			2023					
			Consolidado					
Banco	Objeto Proteção	Moeda	Notional BRL	Valor em moeda estrangeira	Valor Justo	Ganho (Perda)	Pagamentos	Recebimentos
Banco Itau	Empréstimos	USD	(100.000)	(18.144)	(11.712)	(13.488)	(15.720)	-
Banco do Brasil	Empréstimos	EUR	(63.605)	(10.000)	(5.527)	(6.907)	(17.944)	-
Banco do Brasil	Empréstimos	EUR	(49.467)	(9.256)	(8)	(836)	-	-
Banco do Brasil (*)	Empréstimos	EUR	(93.745)	(15.000)	-	(3.715)	(1.701)	-
Banco Caixa Geral	Empréstimos	USD	(90.394)	(15.000)	(9.958)	(15.488)	(10.879)	-
Banco Caixa Geral	Empréstimos	USD	(90.136)	(16.000)	(8.851)	(13.768)	(9.669)	-
Banco BPI (*)	Empréstimos	EUR	(31.572)	(6.000)	-	(534)	(534)	-

Supremo Cimentos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022

Banco Deutsche	Empréstimos	EUR	(55.500)	(10.000)	(2.562)	(7.843)	(6.085)	-
			(574.419)	(99.400)	(38.618)	(62.579)	(62.532)	-

(*) Contratos liquidados em durante 2023, portanto, sem valor justo em 31 de dezembro de 2023

			2022					
			Consolidado					
Banco	Objeto Proteção	Moeda	Notional BRL	Valor em moeda estrangeira	Valor Justo	Ganho (Perda)	Pagamentos	Recebimentos
Banco Comercial Português (*)	Empréstimos	USD	(39.750)	(7.950)	-	(1.064)	-	-
Banco Itau	Empréstimos	USD	(100.000)	(18.144)	(13.946)	(19.207)	(13.348)	-
Banco do Brasil	Empréstimos	EUR	(157.350)	(25.000)	(14.549)	(25.720)	(7.676)	-
Banco Haitong (*)	Empréstimos	EUR	(75.068)	(12.500)	-	(14.294)	(11.675)	9
Banco Caixa Geral	Empréstimos	USD	(138.119)	(25.000)	(5.349)	(19.883)	(17.154)	-
Banco Caixa Geral (*)	Empréstimos	USD	(38.260)	(7.000)	-	(2.008)	(2.008)	-
Banco Caixa Geral	Empréstimos	USD	(90.136)	(16.000)	(4.754)	(14.323)	(17.354)	1.115
Banco Caixa Geral (*)	Empréstimos	USD	(80.350)	(16.000)	-	(9.481)	(6.567)	-
Banco Deutsche	Empréstimos	EUR	(55.500)	(10.000)	(805)	(4.615)	(2.205)	-
			(774.533)	(137.594)	(39.403)	(110.595)	(77.987)	1.124

(*) Contratos liquidados em durante 2022, portanto, sem valor justo em 31 de dezembro de 2022.

O perfil dos vencimentos das parcelas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2023 é demonstrado a seguir:

Vencimento das parcelas	Controladora	Consolidado
Um ano (2024)	70.376	210.462
Dois anos (2025)	104.713	205.222
Três anos (2026)	-	63.034
Quatro anos (2027)	-	13.032
2028 em diante	-	15.207
	175.089	506.957

A seguir demonstramos a movimentação dos saldos de empréstimos em 2023:

Controladora							
Instituição	2022	Adições	Encargos	Varição Cambial	Amortização	Juros Pagos	2023
Banco do Brasil	105.416	-	4.096	(2.887)	(67.894)	(4.781)	33.950
Banco Caixa Geral	94.610	-	4.036	(6.775)	-	(4.129)	87.742
Banco Itaú	96.324	-	1.901	(6.288)	(35.681)	(2.859)	53.397
Banco Santander	50.636	-	5.094	-	(50.000)	(5.730)	-
	346.986	-	15.127	(15.950)	(153.575)	(17.499)	175.089
Consolidado							
	2022	Adições	Encargos	Varição Cambial	Amortização	Juros Pagos	2023
Itaú	96.324	-	1.901	(6.288)	(35.681)	(2.859)	53.397
Banco do Brasil	105.416	49.467	4.740	(2.817)	(67.894)	(4.781)	84.131
BNDES	80.738	-	6.921	-	(13.034)	(7.056)	67.569
EKF	52.202	-	5.288	-	(20.050)	(5.973)	31.467
Deutsche Bank	55.676	-	3.685	(2.489)	-	(3.061)	53.811
Banco BPI	-	31.572	781	695	(32.267)	(781)	-
Banco Santander	50.636	50.000	7.703	-	(50.000)	(7.559)	50.780
Banco Caixa Geral	178.709	-	7.648	(12.797)	-	(7.758)	165.802
	619.701	131.039	38.667	(23.696)	(218.926)	(39.828)	506.957

16 Passivos de arrendamento

O passivo de arrendamento foi reconhecido pelo valor presente dos seus pagamentos à uma taxa de desconto e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse passivo.

As taxas utilizadas para o cálculo foram conforme tempo do arrendamento:

Tempo determinado de arrendamento	Percentual
Até um ano	14,38 % a.a
De um ano a três anos	14,77 % a.a
De três anos a cinco anos	14,26 % a.a

31/12/2023		
	Controladora	Consolidado
Dívida reconhecida em 31/12/2022	2.410	9.318
Pagamentos parcela	(4.600)	(12.907)
Adição	7.339	16.710
Juros	(691)	(1.590)
	2.441	8.282
Curto Prazo	2.017	3.249
Longo Prazo		
	4.458	11.531
31/12/2022		
	Controladora	Consolidado
Dívida reconhecida em 31/12/2021	2.091	6.307
Pagamentos parcela	(3.606)	(8.972)
Adição	4.062	12.750
Juros	(137)	(767)

Curto Prazo	1.576	6.580
Longo Prazo	834	2.738
Saldo 31 de dezembro de 2022	2.410	9.318

Vencimento das parcelas	Controladora em R\$	Percentual
Um ano (2024)	2.441	54%
Dois anos (2025)	931	20%
Três anos (2026)	1.086	26%
	4.458	100%

Vencimento das parcelas	Consolidado em R\$	Percentual
Um ano (2024)	8.282	71%
Dois anos (2025)	1.627	14%
Três anos (2026)	1.622	15%
	11.531	100%

17 Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) (*)	4.243	4.349	4.243	4.349
Paraná Competitivo (**)	-	-	212.522	208.328
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	1.026	899	6.643	6.941
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	174	1.091	322	1.166
Programa de Integração Social (PIS)	38	236	70	244
Outros (ISS, IRRF, CSRF)	763	778	2.717	1.515
	6.244	7.353	226.517	222.543
Passivo circulante	3.296	3.794	42.000	16.472
Passivo não circulante	2.948	3.559	184.517	206.071

(*) O saldo refere-se a ICMS incremental, a recolher, oriundo do benefício fiscal PRODEC (Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) que difere por 48 meses o prazo de pagamento do referido tributo, cujo pagamento iniciou em 10 de abril de 2014. O valor efetivo da dívida em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 4.243 (R\$ 4.349 em 2022).(**) O saldo refere-se a ICMS a recolher relativo ao benefício fiscal do Paraná Competitivo que posterga o recolhimento do tributo para 96 meses, cuja postergação iniciou em agosto de 2015. O valor efetivo da dívida em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 212.522 (R\$ 208.328 em 2022).

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias e preferenciais. A quantidade total de ações ordinárias é de 15.970.234 e a quantidade de ações preferenciais é de 15.970.234 em 31 de dezembro de 2022, não houve qualquer alteração em relação a 31 de dezembro de 2023. O valor nominal é de R\$ 10,00 por ação.

Em 31 de dezembro de 2023 capital social subscrito e integralizado é de R\$ 319.405 e era de R\$ 319.405 em 31 de dezembro de 2022.

O acionista controlador é a Secil Brasil Participações S/A.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nessa rubrica a contrapartida do custo atribuído do ativo imobilizado registrado quando da adoção do CPCs/IFRS. Sua realização se dá na proporção da depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens do ativo imobilizado, que é registrada contra lucros acumulados.

c. Reserva de lucros

Nos termos do artigo 193 da Lei nº6.404/76 a Companhia deverá constituir reserva legal à razão de 5% do lucro líquido do exercício, após compensações com prejuízos acumulados, e o saldo da reserva não deverá exceder a 20% do capital social.

A Companhia não constituiu reserva legal em 31 de dezembro de 2022, devido no montante da reserva legal foi absorvido pelo prejuízo do ano, e em dezembro de 2021 era de R\$ 828.

d. Distribuição de dividendos

O Estatuto Social prevê que, do lucro líquido apurado no exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados e constituição de reserva legal, será deliberada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas de 25%. Qualquer valor excedente mínimo obrigatório somente é provisionado quando for aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Em 22 de abril de 2022 a Companhia deliberou, através de Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos o montante de R\$ 12.988, os quais foram pagos em maio de 2022.

Em 16 de novembro de 2022 a Companhia deliberou, através de Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos o montante de R\$ 4.079, os quais foram pagos em dezembro de 2022.

e. Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ações é calculado mediante divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade de ações em circulação no final dos exercícios. Não há instrumentos de patrimônio que possam gerar a diluição do prejuízo por ação. Portanto, o prejuízo por ação básico é igual ao diluído.

	2023	2022
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(12.038)	(12.750)
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	<u>31.940</u>	<u>31.940</u>
Prejuízo básico por ações no final do exercício	<u>(0,37)</u>	<u>(0,40)</u>

19

Receitas de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita bruta de vendas	266.694	262.396	867.012	899.166
Venda de cimento	151.523	143.445	715.887	772.887
Revenda de cimento	11.473	15.547	13.578	17.120
Revenda de coque	-	-	25.319	4.643
Serviços de concretagem	102.569	103.111	109.903	103.111
Outros	1.129	293	2.325	1.405
Impostos incidentes sobre vendas e descontos	<u>(48.128)</u>	<u>(45.686)</u>	<u>(198.291)</u>	<u>(206.910)</u>
Receita operacional líquida	<u>218.566</u>	<u>216.710</u>	<u>668.721</u>	<u>692.256</u>

20

Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Matéria-prima e materiais	(112.700)	(105.268)	(158.559)	(146.173)
Gastos com pessoal	(57.035)	(54.021)	(80.364)	(72.473)
Depreciação, amortização e exaustão	(30.240)	(11.107)	(87.281)	(67.735)
Serviços profissionais de terceiros	(25.509)	(22.888)	(81.828)	(86.921)
Energia elétrica	(7.846)	(6.751)	(38.571)	(37.431)
Combustíveis e lubrificantes	(6.818)	(7.711)	(94.591)	(110.945)
Embalagens e armazenamento	(7.542)	(7.080)	(20.497)	(20.115)
Manutenção	(7.385)	(6.206)	(30.049)	(25.462)
Outras receitas e despesas operacionais	24.201	8.894	(15.519)	(19.402)
	<u>(230.874)</u>	<u>(212.138)</u>	<u>(607.259)</u>	<u>(586.657)</u>
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo produtos vendidos	(205.796)	(175.319)	(500.182)	(461.050)
Despesas gerais e administrativas	(8.672)	(9.678)	(25.397)	(23.416)
Despesas comerciais	(23.388)	(22.142)	(88.230)	(100.852)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Perda por redução ao valor recuperável	(33)	(158)	(312)	(40)
Outras receitas/despesas, líquidas	7.015	(4.841)	6.862	(1.299)
	<u>(230.874)</u>	<u>(212.138)</u>	<u>(607.259)</u>	<u>(586.657)</u>

21 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Juros sobre empréstimos	(15.127)	(23.873)	(38.667)	(45.554)
Juros pagos a fornecedores	(47)	(31)	(76)	(48)
Marcação a mercado do swap líquida (*)	(39.598)	(80.168)	(62.579)	(114.169)
Variação cambial líquida	-	-	-	-
Provisão AVP Prodec	(528)	(496)	(528)	(496)
Outras despesas financeiras	<u>(3.144)</u>	<u>(4.288)</u>	<u>(23.214)</u>	<u>(3.236)</u>
Despesas financeiras	<u>(58.444)</u>	<u>(108.856)</u>	<u>(125.064)</u>	<u>(163.503)</u>
Variação cambial líquida	15.950	34.026	23.696	44.923
Outras receitas financeiras	<u>7.618</u>	<u>9.936</u>	<u>18.731</u>	<u>12.192</u>
Receitas financeiras	<u>23.568</u>	<u>43.962</u>	<u>42.427</u>	<u>57.115</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(34.876)</u>	<u>(64.894)</u>	<u>(82.637)</u>	<u>(106.388)</u>

(*) Valor referente ao resultado apurado pelas transações de instrumentos financeiros derivativos, conforme detalhado na nota explicativa 15.

22 Imposto de renda e contribuição social Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo				
AVP PRODEC (depreciação)	2.483	2.614	2.483	2.614
Outras diferenças diversas	13.790	15.577	13.790	15.577
Imparidade Patrimonial	5.433	-	5.433	-
Prejuízo fiscal	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>127.211</u>	<u>124.985</u>
	<u>21.706</u>	<u>18.191</u>	<u>148.917</u>	<u>143.176</u>
Passivo				
AVP PRODEC (Dívida)	(322)	(458)	(322)	(458)
Custo atribuído	(3.135)	(3.135)	(90.331)	(78.568)
Diferenças temporárias sobre apuração (diferença entre depreciação fiscal e vida útil)	<u>(7.191)</u>	<u>(11.023)</u>	<u>(67.299)</u>	<u>(71.778)</u>
	<u>(10.648)</u>	<u>(14.616)</u>	<u>(157.952)</u>	<u>(150.804)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	<u>11.058</u>	<u>3.575</u>	<u>(9.035)</u>	<u>(7.628)</u>

f. Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(30.065)	(18.113)	(21.175)	(789)
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social - %	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>
Encargo fiscal pela alíquota nominal	<u>(10.222)</u>	<u>(6.158)</u>	<u>(7.199)</u>	<u>(268)</u>

Efeitos fiscais sobre adições e exclusões				
Equivalência patrimonial	(5.820)	(14.351)	-	-
Outras adições permanentes	10	51	(2.757)	(2.866)
Prejuízo fiscal	8.549	15.095	8.549	15.095
Imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado	7.483	5.363	(1.407)	(11.961)
Corrente	-	-	-	(6.299)
Diferido	7.483	5.363	(1.407)	(5.662)

Baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, suportado por estudos técnicos preparados pela administração, foram constituídos impostos diferidos ativos e passivos sobre saldos acumulados de prejuízos fiscais na Controlada, bases negativas e diferenças temporárias. Com base na evolução da Controlada a administração iniciou em 2021 a utilização dos créditos diferidos, com a expectativa de que a realização integral ocorra até 2032.

23 Transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a. Transações

	Controladora	
	2023	2022
Compras de matérias-primas e produtos acabados		
Margem Companhia de Mineração	57.825	57.059
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	385	905
	58.210	42.622

As vendas são realizadas com base na tabela de vendas vigente na data da transação com prazo médio de recebimento de 28 dias. Estas transações são realizadas sob termos e condições negociados entre as partes, o que poderiam ser diferentes se realizados junto a terceiros.

b. Saldos do fim do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo				
Outras contas a receber				
Margem Companhia de Mineração (i)	27.965	37.901	-	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	194	211	1.304	1.407
	28.159	38.112	1.304	1.407
Passivo				
Fornecedores				
Margem Companhia de Mineração	49.284	16.185	-	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	188	216	26.302	36.136
Outras contas a pagar				
Margem Companhia de Mineração	1.894	1.894	-	-
	51.366	18.295	26.302	36.136

- (i) Parte deste saldo, no montante de R\$ 11.432 é referente a valor residual a ser recebido da investida em decorrência da deliberação pela redução de capital, conforme descrito na nota explicativa 11. Remuneração do pessoal-chave da administração
- A Companhia teve custos com remuneração aos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 2.402 na controladora e consolidado (Em 2022 no montante de R\$ 2.528 na controlada e consolidado).

24 Provisão para litígios

A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em processos cíveis, trabalhistas e tributários em andamento, e estão discutindo estas questões na esfera administrativa bem como judicial. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais para fazer frente à parte das obrigações. Para aquelas ações cujas probabilidades de perdas, com

base na opinião dos seus advogados, foram consideradas prováveis, a administração reconheceu provisão para contingências conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contingências prováveis				
Cíveis	131	151	7.726	7.746
Trabalhistas	908	736	3.062	1.376
Previdenciário	378	378	378	378
Tributárias	179	179	5.531	4.646
	1.596	1.444	16.697	14.146

Movimentação das provisões na controladora

	Cíveis	Tributária	Trabalhista	Previdenciário	Total
Saldo em 01/01/2023	151	179	736	378	1.444
Constituição Provisão	-	-	495	-	495
Reversão Provisão	-	-	-	-	-
Pagamentos	(20)	-	(323)	-	(343)
Saldo em 31/12/2023	131	179	908	378	1.596

	Cíveis	Tributária	Trabalhista	Previdenciário	Total
Saldo em 01/01/2022	381	-	924	378	1.683
Constituição Provisão	1.900	179	4.067	-	6.146
Reversão Provisão	(1.795)	-	(380)	-	(2.175)
Pagamentos	(335)	-	(3.875)	-	(4.210)
Saldo em 31/12/2022	151	179	736	378	1.444

Movimentação das provisões no consolidado

	Cíveis	Tributária	Trabalhista	Previdenciário	Total
Saldo em 01/01/2023	7.746	4.646	1.376	378	14.146
Constituição Provisão	-	886	3.656	-	4.542
Reversão Provisão	-	-	(1.647)	-	(1.647)
Pagamentos	(20)	-	(323)	-	(343)
Saldo em 31/12/2023	7.726	5.532	3.062	378	16.697

	Cíveis	Tributária	Trabalhista	Previdenciário	Total
Saldo em 01/01/2022	12.979	331	1.851	378	15.540
Constituição Provisão	1.900	4.315	4.865	-	11.080
Reversão Provisão	(1.795)	-	(730)	-	(2.525)
Pagamentos	(5.339)	-	(4.610)	-	(9.949)
Saldo em 31/12/2022	7.746	4.646	1.376	378	14.146

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

Contingências trabalhistas - estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo relativo a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos. O valor do depósito judicial (R\$ 378, saldo em 31 de dezembro de 2023 e R\$378 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a mandado de segurança impetrado pela Controladora questionando o valor da alíquota do Fator Acidentário Previdenciário (FAT). Os depósitos judiciais estão apresentados no balanço na rubrica outros créditos a receber no ativo não circulante.

Contingências cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações sobre danos materiais e/ou morais.

Além das causas acima mencionadas, a Companhia também é ré em outras ações cuja probabilidade de perda é considerada como possível.

Para aquelas ações cujos riscos de perdas foram avaliados como possíveis, a Companhia não constituiu provisão para contingências. A posição das contingências possíveis pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contingências possíveis				
Cíveis	51	51	678	678
Tributário	-	-	7.000	7.000
Trabalhistas	604	604	2.676	2.676

Supremo Cimentos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022

Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022
655	655	10.354	10.354

Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

(i) Controladora

		2023			2022	
	Nota	Valor justo Instrumentos derivativos	Mensurados ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Saldo contábil	Saldo contábil
Passivos financeiros						
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Instrumentos financeiros derivativos	25 f(i)	(27.197)	-	-	(27.197)	(33.844)
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa e bancos	7	-	1.190	-	1.190	1.358
Aplicações financeiras	7	-	17.309	-	17.309	139.329
Contas a receber de clientes	8	-	11.749	-	11.749	11.701
Outras contas a receber	-	-	813	-	813	1.040
Partes relacionadas	16	-	28.160	-	28.160	38.112
Passivos fiannceiros						
Fornecedores	13	-	-	63.950	63.950	13.314
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	175.089	175.089	346.986
Outras contas a pagar	-	-	-	3.255	3.255	3.034
Passivos de arrendamento	16	-	-	4.458	2.410	2.410
Partes Relacionadas	-	-	-	51.366	51.366	21.294

(ii) Consolidado

		2023				2022	
	Nota	Valor justo Instrumentos derivativos	Mensurados ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Saldo contábil	Saldo contábil	
Passivos financeiros							
Passivos financeiros mensurados ao valor justo							
Instrumentos financeiros derivativos	25 f(i)	(38.618)	-	-	(39.403)	(39.403)	
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo							
Caixa e bancos	7	-	1.354	-	1.354	4.404	
Aplicações financeiras	7	-	70.656	-	70.656	191.407	
Contas a receber de clientes	8	-	43.490	-	43.490	39.340	
Outras contas a receber	-	-	8.157	-	8.157	11.365	
Partes Relacionadas	-	-	1.305	-	1.305	1.407	
Passivos financeiros							
Fornecedores	13	-	-	96.756	96.756	96.873	
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	506.957	506.957	619.701	
Outras contas a pagar	-	-	-	7.782	7.782	7.282	
Passivos de arrendamento	16	-	-	11.531	11.531	9.318	
Partes Relacionadas	-	-	-	26.302	26.302	34.266	

b. Mensuração do valor justo

(i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas. Os processos de avaliação estão descritos na nota explicativa 6.

c. Gerenciamento de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e se reporta regularmente ao Conselho de Administração. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles e para monitorar riscos e aderência aos limites. Essas políticas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que, através de suas normas e procedimentos de gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, o gerenciamento de capital e a exposição a cada um dos riscos supramencionados. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras da Companhia.

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de aplicações financeiras.

(i) Aplicações financeira

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações atualizadas pela taxa CDI. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) emitidos por instituições financeiras de primeira linha. Não se espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

(ii) Contas a receber de clientes e outros créditos

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. A administração da Companhia gerencia o risco de crédito através de análises da razoabilidade dos limites de créditos atribuídos aos seus clientes, o que leva em conta a análise da situação econômico e financeira dos mesmos e o histórico de inadimplência.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades de cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, os quais são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre possua liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais ou em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos, sem causar perdas inaceitáveis ou riscos de prejuízo à reputação da Companhia.

A administração da Companhia gerencia o risco de liquidez através de monitoramento do fluxo de caixa das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento, buscando quando necessário, alternativas para obtenção de recursos financeiros junto aos acionistas ou através de recursos de terceiros. A fim de equacionar a situação de capital circulante líquido negativo, a administração vem negociando o alongamento do perfil da dívida junto a instituições financeiras.

A seguir, estão as exposições contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

	Controladora			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	63.950	-	-	63.950
Empréstimos e financiamentos	70.376	104.713	-	175.089
Outras contas a pagar	3.255	-	-	3.255
	137.581	104.713	-	242.294

Controladora				
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	34.035	-	-	34.035
Empréstimos e financiamentos	169.221	75.586	102.179	346.986
Outras contas a pagar	3.034	-	-	3.034
	<u>206.290</u>	<u>75.586</u>	<u>102.179</u>	<u>384.055</u>
Consolidado				
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	96.756	-	-	96.756
Empréstimos e financiamentos	210.462	268.256	28.239	506.957
Outras contas a pagar	7.732	50	-	7.282
	<u>174.864</u>	<u>268.306</u>	<u>28.239</u>	<u>610.995</u>
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	96.873	-	-	96.873
Empréstimos e financiamentos	205.669	343.607	70.425	619.701
Outras contas a pagar	7.282	51	-	7.333
	<u>309.824</u>	<u>343.658</u>	<u>70.425</u>	<u>723.907</u>

f. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, influenciem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é acompanhar e controlar as exposições desses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

(i) Risco cambial

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras de produtos para revendas denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia, em sua grande maioria o real (R\$), mas também em dólares americanos (USD) e euros (EUR).

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela administração.

Em 2023 a Controlada contratou um Empréstimo Externo sob a Lei no 4.131 com principal de EUR 9.256 (R\$ 49.467) por um prazo de 1 ano.

No mesmo ato, e em conformidade com essa Lei e obrigações do Banco Central do Brasil, que determina que os financiamentos sejam coberto via instrumento de hedge perfeito, esse financiamento foi integralmente cobertos via swap cambial e de taxa de juro do euro (Euribor).

Neste mesmo período a Companhia liquidou diversos Empréstimos Externos no montante de EUR 5.000 (R\$ 30.075) e de US\$ 7.258 (R\$ 40.000) liquidou um Empréstimo Externo no montante de EUR 3.750 (R\$ 25.462).

No final de cada mês, a Companhia e a sua Controlada atualizam o valor dos empréstimos de USD/EUR para BRL em função da taxa da marcação a mercado deste *swap*, registrando o seu valor justo (i) quando positivo, no ativo na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos ativos" (ii) quando negativo, no passivo, na rubrica "Instrumentos financeiros passivos".

A Companhia possui Swap de taxa de juros para a proteção dos seus empréstimos no montante de R\$ 27.197 (valor líquido) no qual reduz o montante efetivo a pagar da dívida. A sua Controlada também possui Swap de taxa de juros para proteção para a proteção cambial dos seus financiamentos no montante de R\$ 11.421 classificado no passivo circulante.

(ii) Risco de taxa de juros

A Companhia e sua controlada estão expostas à taxas de juros variáveis. A Administração monitora periodicamente o desempenho das taxas de juros a fim de tomar decisões visando proteger o seu fluxo de caixa. A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando proteger-se contra oscilações nas taxas de juros. Na data das demonstrações financeiras consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia, remunerados por juros com taxas variáveis, era composto por:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Valor contábil				
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras (CDB)	17.309	139.329	70.656	191.407
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (CDI)	(175.089)	(346.986)	(439.612)	(482.862)
Empréstimos e financiamentos (TJLP)	-	-	(67.345)	(80.380)
	<u>(157.780)</u>	<u>(207.657)</u>	<u>(436.301)</u>	<u>(371.835)</u>

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez atrelados à variação de 60% a 103% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI).

g. Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para assegurar a confiança do acionista, credor e mercado e garantir a continuidade do desenvolvimento futuro do negócio. Adota-se como prática, uma posição de capital equilibrada e segura, mantendo níveis de empréstimos necessários com posições de aplicação que combinem retorno satisfatório e baixo risco. A administração monitora a gestão de capital através de análises de índices de alavancagem financeira, e quando necessário, realiza negociações com instituições financeiras para promover o alongamento do perfil da dívida e junto aos acionistas para obter incrementos de capital social.

	Controladora	
	2023	2022
Total dos empréstimos (Nota 15)	173.754	343.712
Total dos arrendamentos mercantis (Nota 16)	4.458	2.410
Total instrumentos derivativos (Nota 25)	27.197	33.844
Menos caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(18.499)</u>	<u>(140.687)</u>
Dívida líquida	<u>186.910</u>	<u>239.279</u>
Total do patrimônio líquido	<u>397.014</u>	<u>419.596</u>
Total do capital	<u>583.924</u>	<u>658.875</u>
Índice de alavancagem financeira - %	32	36
	Consolidado	
	2023	2022
Total dos empréstimos (Nota 15)	502.244	613.368
Total dos arrendamentos mercantis (Nota 16)	11.531	9.318
Total instrumentos derivativos (Nota 25)	38.618	39.403
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(72.010)</u>	<u>(195.811)</u>
Dívida líquida	<u>480.383</u>	<u>466.278</u>
Total do patrimônio líquido	<u>397.014</u>	<u>419.596</u>
Total do capital	<u>887.397</u>	<u>885.874</u>
Índice de alavancagem financeira - %	54	53

(i)

Análise de sensibilidade

Decorre da possibilidade da companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional da companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2023 (saldo contábil tendo por base o CDI de 13,03% acumulado doze meses) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de dezembro de 2022:

		Controladora		
Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário I 25%	Cenário II 50%

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

Controladora

Consolidado

(*) O cenário provável reflete a expectativa de cotação do dólar americano e a taxa de juros CDI do Banco Central do Brasil (baseado na taxa SELIC) na data-base de 31/12/2022. Os demais riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros. A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

30